

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Destaques	2
Título: Distribuidoras buscam reversão no STF.....	2
Título: Servtec amplia investimentos e terá mais 22 usinas solares.....	4
Título: Consumo de diesel entra em ritmo de recuperação	6
Título: Petroleiras estreiam no Brasil em meio à crise e ajustam investimentos	8
Título: Curta.....	10
Título: Sigma inicia obras em agosto e prevê produzir lítio em 2022	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Bolsonaro reajusta bônus para atender militares	12
Título: » À espera.	14
VEÍCULO: O Globo.....	15
Título: LUZ NO FIM DO TUNEL.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Novo vigor para os carros elétricos	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 29/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Recorde de Angra 2

A Usina Nuclear Angra 2 atingiu um marco histórico. A unidade, que entrou em operação comercial em 2001, alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh no dia 19 deste mês. O recorde ocorreu três dias antes de a Eletronuclear iniciar, segunda-feira passada, a parada de reabastecimento de combustível de Angra 2, com redução do número de atividades e de profissionais, em função da pandemia do novo coronavírus. As informações foram divulgadas pela Agência Brasil. A usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 29/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Letícia Fucuchima — De São Paulo**Título:** Distribuidoras buscam reversão no STF

As distribuidoras de energia elétrica estão tentando reverter o entendimento que se formou entre a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a leis estaduais aprovadas na pandemia que suspendem o corte de energia para consumidores de diversas categorias. As empresas temem que as medidas agravem sua situação de caixa, já prejudicada pela redução de mercado e pelo aumento da inadimplência.

O placar já é desfavorável para elas no julgamento de uma liminar pedida pela Abradee (associação das distribuidoras) contra a lei nº 20.187/20 do Paraná. No plenário virtual, o relator do processo, Marco Aurélio Mello, votou para indeferir a liminar. O ministro considerou que o legislador estadual não usurpou a competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e entendeu que a lei “complementa” a disciplina federal, “sob o ângulo da ampliação da proteção do consumidor”. O voto foi acompanhado por cinco ministros: Edson Fachin, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes e Celso de Mello.

Até então, apenas Gilmar Mendes divergiu do relator. Para ele, a lei transcende a esfera do direito do consumidor por ter impacto direto sobre as receitas das empresas, e, portanto, sobre o equilíbrio econômico-financeiro das concessões - matéria que cabe ao poder concedente legislar. O processo foi suspenso no fim da semana passada por um pedido de vista de Dias Toffoli.

Essa é a primeira ação direta de inconstitucionalidade (ADI) a ser julgada de um total de seis ADIs ajuizadas pela Abradee sobre o tema. Há leis semelhantes à do Paraná em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Roraima e Rondônia.

“É preocupante, porque tínhamos uma postura do próprio STF dizendo que os estados não podiam regular sobre assuntos de energia elétrica que cabem à União”, diz Marcos Madureira, presidente da Abradee. “Sabemos que os consumidores estão passando por dificuldades, respeitamos que eles possam ter um tratamento diferenciado. Mas ao mesmo tempo temos que entender que essas leis têm impacto, seguramente aumentarão a receita irrecuperável do segmento de distribuição”.

Para fazer frente às dificuldades geradas pela crise, as distribuidoras terão acesso a um empréstimo da ordem de R\$ 16,1 bilhões que está sendo negociado pelo BNDES junto a um “pool” de bancos. Porém, a chamada “Conta Covid” tem como objetivo resolver uma questão financeira de curto prazo, garantindo o fluxo de pagamentos de toda a cadeia e a distribuidora é a “porta de entrada” dos recursos do setor e retém cerca de 20% do que arrecadam. O tratamento dos efeitos econômicos da pandemia às concessões ficou para um segundo momento e a indefinição sobre como esse processo se dará tem preocupado as empresas.

Advogados se dizem surpresos com a maioria formada para indeferir a liminar, até porque a Aneel já vem dando respostas para proteger os consumidores. São exemplos a Resolução 878, que proibiu temporariamente o corte de energia por inadimplência para residências e atividades considerada essenciais, e a medida provisória nº 950, que concedeu isenção tarifária para a Tarifa Social durante a pandemia.

“Se nenhum ministro se sensibilizar e mudar seu voto, cada estado vai ter sua forma de tratar a questão da inadimplência. Fica muito difícil de as empresas se organizarem, fazerem previsões”, afirma Cristiane Romano, sócia do Machado Meyer.

Para o diretor jurídico da Abradee, Wagner Ferreira, a decisão, se confirmada, pode abrir um precedente ruim para que outros estados passem a legislar sobre o setor elétrico nesse período. “Apresentamos [ao STF] a preocupação de que esse voluntarismo se torne regra, e a gente perca o controle de um serviço federal.”

“O sinal de longo prazo é muito perverso”, diz Livia Amorim, sócia do Souto Correa Advogados. Ela afirma que as leis estaduais envolvem elementos centrais do equilíbrio das concessões e que, do ponto de vista do investidor, é temerário que um segundo ente possa legislar sobre esse assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Servtec amplia investimentos e terá mais 22 usinas solares

A Servtec Energia aumentou a aposta no segmento de geração distribuída e investirá R\$ 210 milhões na construção de 22 usinas de geração solar, que somam 54 megawatts-pico (MWp) de capacidade. O aporte é o segundo do grupo na área: os primeiros passos foram dados no ano passado, com projeto de quatro unidades solares em São Paulo e na Bahia.

“A plataforma de geração distribuída é o nosso principal direcionamento como grupo para os próximos dois anos. Pretendemos chegar a 250 MWp até o fim de 2021”, afirmou ao **Valor** o CEO da empresa, Pedro Fiuza.

As novas usinas serão construídas em 10 estados brasileiros, e atenderão a contratos de longo prazo com empresas de telecomunicações, varejo, bebidas e postos de combustíveis. A expectativa é de que todas estejam prontas no fim deste ano.

Fiuza conta que houve certo atraso no desenvolvimento dos negócios, já que a companhia não quis iniciar a construção dos empreendimentos no período mais crítico da pandemia. “Devemos ter gente na obra só em agosto. Agora, estamos na fase final de contratação de todos os equipamentos, terminando licenciamento ambiental”.

Para seus projetos de geração distribuída, a Servtec contrata desenvolvedores, o que permite ganhar escala. Os desenvolvedores são responsáveis por tarefas como a identificação da área do empreendimento, a emissão do licenciamento ambiental, e a negociação comercial dos contratos de compra e venda de energia. Em troca, viram sócios minoritários das usinas, ficando com um

percentual de 8% a 15%. A Servtec, por sua vez, entra com o funding do projeto, ajuda na negociação com fornecedores e supervisiona a construção.

A companhia desembolsará capital próprio para fazer frente aos R\$ 210 milhões do projeto. “Quando essa turbulência passar e tivermos um portfólio grande de usinas operacionais, aí devemos acessar mercado, provavelmente emitindo debêntures.”

Em relação às usinas anunciadas no ano passado, duas já estão operacionais e duas em fase final de energização. Essas unidades também têm contratos de longo prazo e, juntas, totalizam investimentos de R\$ 68 milhões e geração de 15MWp. Com isso, a capacidade da Servtec em geração distribuída solar deverá chegar a um total de 69 MWp ao fim deste ano. “Já estamos negociando outros projetos. Nos próximos dois meses devemos assinar contratos que nos levem a 120 MWp.”

Segundo o executivo, a aposta da companhia na geração distribuída se sustenta nos benefícios econômicos e ambientais que os projetos trazem às empresas e à matriz energética nacional. Em sua avaliação, a crise atual conferiu um novo impulso ao segmento, já que acelerou a busca das empresas por alternativas de redução dos custos com energia.

A geração distribuída vem mostrando crescimento acentuado no país, atraindo a atenção de grandes grupos do setor elétrico. Recentemente, a EDP Brasil afirmou ter a intenção de triplicar investimentos na área até 2022. No ano passado, a Aneel iniciou o processo de revisão das regras para esse segmento, e o desenvolvimento das discussões gerou polêmica, com os empreendedores defendendo que as propostas do regulador poderiam inviabilizar os projetos. “Acreditamos no consenso em termos intermediários, que permitam o desenvolvimento sustentável dessa indústria”, afirma Fiuza.

De controle familiar, a Servtec iniciou suas atividades nos anos 1960 e atua com geração de energia elétrica desde 1998. A companhia tem mais de 1 gigawatt (GW) implantado, divididos em ativos termelétricos (Gera Amazonas, a gás, e Gera Maranhão, a óleo combustível), sete usinas eólicas no Ceará e uma PCH no Mato Grosso.

Paralelamente aos projetos solares, a companhia segue trabalhando na ampliação do complexo eólico no Ceará. O projeto de um novo parque, o Bons Ventos da Serra III, já está desenvolvido e deve agregar mais 150 MW. “Dependemos ou de leilões do governo federal, ou de contratos bilaterais no mercado livre. Temos hoje uma equipe negociando contratos para que consigamos avançar nesse ‘cluster’.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/06/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Consumo de diesel entra em ritmo de recuperação**

O consumo de diesel, no Brasil, atingiu o fundo do poço em abril, mas vem dando sinais de recuperação desde então. Empresas como a Petrobras, a BR Distribuidora e a Raízen relatam já ter atingido os níveis pré-crise nas vendas do derivado. Junho, segundo fontes do setor, foi um bom mês. Os números da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), por sua vez, mostram que o mercado ensaia uma recuperação, mas que ela ainda não é completa.

O diretor de relações institucionais da Raízen, Cláudio Oliveira, explica que a retomada do consumo de diesel está atrelada, essencialmente, à atividade do agronegócio, sobretudo a safra de grãos. A agricultura tem sido impulsionada pela recuperação da economia chinesa, pelo clima mais seco e pelo fato de os portos estarem mais livres, diante da crise econômica - o que fez com que o escoamento da safra fique sem concorrentes logísticos.

“Nossos postos de rodovia estão indo muito bem, bastante demandados. Mas é uma retomada quase exclusivamente devido ao agronegócio. O setor industrial ainda não recuperou de fato e o transporte rodoviário [de passageiros] mostra sinais de melhora, mas ainda abaixo [dos níveis pré-pandemia]”, comentou o executivo.

Oliveira conta que as vendas de diesel da distribuidora voltaram ainda em maio aos níveis pré-pandemia (ou seja, anteriores ao fim de março). Em junho, segundo o executivo, a demanda se intensificou ainda mais, puxada pelo aumento das exportações de grãos - a companhia, porém, não informa os percentuais de crescimento frente aos meses anteriores à crise.

O executivo destaca, no entanto, que chama a atenção o crescimento da demanda nas regiões Norte e Nordeste. A Raízen responde por 17,7% do volume de vendas do diesel no país, ficando atrás da BR e da Ipiranga.

É nos grandes centros urbanos que há mais restrições ao consumo do derivado, sobretudo no sistema de transporte coletivo. Oliveira ressalva que, apesar da recuperação ainda que tímida desse setor, a pandemia tem se interiorizado e que cidades menores também passarão a conviver com restrições na mobilidade, nos próximos meses.

Além da Raízen, a BR - líder no volume de vendas de diesel, com participação de mercado de 28,9% - também vem sentindo uma melhora nos números do mercado de diesel. O presidente da empresa, Rafael Grisolia, disse, durante a “Live do **Valor**”, na semana passada, que vê com otimismo a recuperação da demanda do derivado. Ele destacou que os dados de venda de diesel costumam funcionar como um bom indicador antecedente de reativação da economia.

Segundo a BR, em abril, os volumes vendidos pela empresa estavam cerca de 5% abaixo da média do primeiro trimestre (excluída a última semana de março, quando o isolamento social começou a ganhar força no país). Em maio, esses volumes já estavam 3% maiores, na mesma base de recuperação. Em junho já se observam números compatíveis ao de março

“Além deste [segmento do agronegócio], o segmento sucroenergético também colabora, bem como a grande resiliência demonstrada nas demandas para os setores de mineração e celulose”, informou a distribuidora.

Comportamento semelhante tem sido reportado pela Petrobras, responsável por 98% da capacidade de refino do país. No início do mês, a diretora de refino e gás natural da estatal, Anelise Lara, afirmou que a demanda pelo combustível já havia se recuperado para os níveis pré-crise. A executiva destacou ainda que espera para junho e julho novos “aumentos moderados” na demanda pelos combustíveis. Anelise citou que, em maio, a companhia vendeu 3,2 bilhões de litros de diesel.

Faltam dados no mercado, porém, sobre como têm se comportado as vendas em junho, na comparação com igual período do ano passado. Os dados da ANP mostram, por sua vez, que, pelo menos até maio, a demanda ainda não havia se recuperado completamente.

De acordo com o órgão regulador, o consumo nacional de diesel subiu 8,7% no mês passado, ante abril, pico das medidas de isolamento social impostas pelas autoridades públicas na tentativa de conter o avanço do novo coronavírus. O levantamento da ANP mostra, contudo, que as vendas do derivado ainda se mantinham, em maio, 9% abaixo dos patamares de igual mês de 2019 e 3,5% abaixo da média do primeiro trimestre. Ao todo, foram comercializados no mês passado 4,361 bilhões de litros do produto.

As transportadoras também tem notado uma recuperação desde maio. Dados da AT&M Tecnologia, empresa responsável pela averbação de 90% do transporte de cargas do país, indicam uma alta de 13% em relação a abril no valor movimentado - embora na comparação com o mesmo mês de 2019 ainda haja uma queda de 6%.

Essa alta tem sido puxada pelos setores comércio eletrônico, agronegócio, medicamentos, produtos de higiene e perfumaria e supermercados, segundo a companhia, que, em maio, ainda observou uma retração no segmento automotivo e industrial.

Para Cesar Meireles, presidente da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol), a expectativa é que com a reabertura do varejo em diversas regiões, esse aumento no fluxo de caminhões se intensifique. “Estamos vendo uma retomada da logística, que nada mais é do que um reflexo da flexibilização do isolamento, mas ainda é cedo para dizer quanto essa alta irá representar”, afirma. **(Colaborou Taís Hirata, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petroleiras estreiam no Brasil em meio à crise e ajustam investimentos

No meio de uma das maiores crises do setor de óleo e gás, duas novas empresas especializadas em recuperar campos maduros estreiam este ano no mercado brasileiro. A 3R Petroleum e a Trident Energy terão pela frente, contudo, um cenário bem diferente daquele que as duas esperavam quando assinaram, em 2019, seus respectivos contratos com a Petrobras para aquisição de ativos no país.

O momento exigirá ajustes. A expectativa é que os investimentos na recuperação dos ativos adquiridos, que já se encontram em fase de declínio, terão um ritmo menor que o inicialmente previsto.

Quando as duas empresas assinaram seus contratos com a Petrobras, em meados de 2019, o preço do barril do petróleo era negociado acima dos US\$ 60. Com a deterioração da demanda, desencadeada pela pandemia da covid-19, a commodity chegou a ser negociada em abril abaixo dos US\$ 20 e agora gira em torno de US\$ 40.

Na avaliação da Bain & Company, a atual crise deve estabelecer um novo patamar de preços, mais baixo, em relação aos pré-crise. Segundo a consultoria, choques do petróleo ocasionados por questões geopolíticas (como a Guerra do Golfo de 1991) ou por recessões econômicas (como a crise dos subprimes, de

2008) costumam recuperar os patamares de preços anteriores. O choque atual, no entanto, se assemelha mais às crises de 1986 e 2015, mais estruturais.

É nesse novo contexto de mercado que a 3R Petroleum assumiu este mês a operação do polo Macau (RN), que produz cerca de 4 mil barris/dia de óleo. A petroleira é controlada pela Starboard Restructuring Partners, gestora de private equity que comprou este ano a Ouro Preto Óleo e Gás, do empresário Rodolfo Landim.

O presidente da 3R, Ricardo Savini, disse que, diante do choque do petróleo, a empresa optou, num primeiro momento, por postergar para 2021 as intervenções de revitalização de Macau originalmente previstas para este ano. Com a recente valorização da commodity, a empresa já considera antecipar parte das atividades que ficariam para o ano que vem. “Com a recuperação do preço do Brent, decidimos seguir com os investimentos planejados e vamos investir ainda em 2020. Estamos otimistas com a recuperação do mercado até porque o retorno dos investimentos do onshore é imediato”, afirmou Savini ao **Valor**.

Caminho parecido está sendo tomado pela PetroRecôncavo, que não é bem uma novata, mas que em 2019 deu um importante passo de expansão no país, ao comprar da Petrobras o polo Riacho da Forquilha (RN). O presidente da companhia, Marcelo Magalhães, afirma que a crise pegou a empresa com o “pé no acelerador” nas atividades de revitalização do ativo e que foi preciso desmobilizar sondas e postergar investimentos para preservar o caixa. Segundo ele, contudo, a petroleira começou, agora, a reativar sondas. A expectativa é investir este ano entre 70% e 80% do programa inicial.

Magalhães disse que a empresa não se arrepende do negócio, fechado por US\$ 384 milhões, e que, pelo contrário, mantém o interesse em novas aquisições. “O plano de investimentos de US\$ 150 milhões em cinco anos está mantido. É só uma questão de mudança no timing em que vamos atingir o pico da curva de produção”, disse.

Além da 3R Petroleum, a lista de estreantes em campos maduros no Brasil inclui a Trident Energy - petroleira especializada em campos maduros que foi criada em 2016, com foco na América Latina e África, e que conta com um suporte de US\$ 600 milhões da private equity Warburg Pincus. A empresa atua na Guiné Equatorial e assinou em 2019 contrato de US\$ 851 milhões com a Petrobras para compra dos polos Pampo e Enchova, em águas rasas na Bacia de Campos.

A Trident Energy obteve este mês a autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para a aquisição dos ativos, um dos últimos trâmites necessários para conclusão do negócio. Segundo o órgão regulador, o plano de desenvolvimento de Pampo e Enchova prevê investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão, com potencial de adição de 203,5 milhões de barris de óleo em reservas.

Quem também estreou recentemente no Brasil foi a Perenco, que assumiu no fim de 2019 os polos de Pargo, Carapeba e Vermelho, na Bacia de Campos, depois de pagar US\$ 398 milhões, mas que logo nos seus primeiros meses de operação viu o cenário do mercado mudar por completo. Em maio, o presidente da companhia no Brasil, Timothee de Reynal, disse que tem feito “muitos esforços” para reduzir seus custos nos ativos adquiridos, para tirar as operações do vermelho e torná-las viáveis com um preço de petróleo entre US\$ 20 e US\$ 30 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Petrobras é indenizada

A Petrobras informou, em Comunicado ao Mercado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite de sexta-feira, que recebeu R\$ 265 milhões referentes à segunda parcela do acordo de leniência celebrado pela TechnipBrasil e Flexibras (empresas do grupo Technip). Segundo o comunicado, o ressarcimento decorre da condição de vítima da petroleira nos crimes investigados no âmbito da Operação Lava-Jato. “O acordo de leniência foi firmado com a atuação conjunta entre o Ministério Público Federal (MPF), a Controladoria Geral da União (CGU), a Advocacia Geral da União (AGU) e o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) em junho de 2019”, informou. A Petrobras informou ainda que havia recebido a primeira parcela do acordo no valor de R\$ 313 milhões, que somada a esta segunda parcela, totaliza um recebimento de aproximadamente R\$ 578 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Sigma inicia obras em agosto e prevê produzir lítio em 2022

O empreendimento que promete colocar o Brasil na cadeia global das baterias de lítio para carros elétricos obteve um financiamento chave para o início das obras de sua fábrica. Por enquanto atuando em escala piloto no interior de Minas Gerais, a Sigma Lithium levantou US\$ 45 milhões junto ao banco Société Générale.

Com ações na bolsa canadense, a Sigma tem como principal acionista o fundo de private equity A10, dono de uma fatia de 70% da empresa. Entre os minoritários estão o fundo BlackRock, o Bradesco Asset Management, um fundo do family office dos Ermínio de Moraes, entre outros.

A estimativa é que a construção da unidade consuma US\$ 74 milhões. Além do financiamento, a Sigma terá US\$ 27 milhões do conglomerado japonês Mitsui. Outros US\$ 10 milhões de equity são ainda previstos para reforçar a estrutura da empresa.

A Mitsui é o primeiro cliente da Sigma e o aporte a ser feito está previsto em um acordo de compra antecipada do lítio. O acordo contempla o fornecimento aos japoneses de 55 mil toneladas por ano de lítio, por seis anos, prorrogáveis por mais seis.

Os recursos do Société e da Mitsui devem estar disponíveis no quarto trimestre. Mas pelo cronograma da Sigma, em agosto começam as atividades prévias da obra e se tudo sair conforme o script, em novembro iniciam, de fato, as obras da unidade de beneficiamento na cidade de Itinga, no Vale do Jequitinhonha. Cerca de 300 trabalhadores serão mobilizados nessa etapa.

Em entrevista ao **Valor**, Ana Cabral-Gardner, sócia-gestora do A10, disse que os recursos do Société Générale são um marco de financiamento para projetos da cadeia dos carros elétricos. “A gente está obtendo um green project finance, uma linha de funding pioneira no mundo. É o primeiro case de materiais para baterias acessando esse tipo de financiamento.”

As condições são Libor mais 5%, com seis anos para o pagamento, com dois de carência. Ana diz que na negociação com o banco pesou a favor da Sigma aspectos socioambientais do empreendimento: o rejeito será empilhado a seco, sem necessidade de barragem; 95% da água é reutilizada; e não há uso de químicos pesados. O fato de estar em região marcada pela pobreza como o Jequitinhonha - o que significa aumento da arrecadação e renda local - também influenciou

O lítio é visto como uma das matérias-primas associadas a tecnologias do futuro. E sua demanda futura está atrelada ao crescente avanço dos projetos de carros elétricos por parte das montadoras. Chile e Austrália são os dois grandes

operadores globais na produção de lítio. O Brasil tem dois projetos importantes em andamento: o da Sigma e o da multinacional alemã AMG.

“Existia uma incredulidade muito grande sobre reservas de lítio no Brasil até publicarmos nossas pesquisas”, conta Ana. Os números em 2017 apontavam que apenas 0,33% das reservas globais estava no país. Mas após as pesquisas de avaliação de reservas bancadas com recursos dos sócios da Sigma e publicadas em 2018, quando a empresa abriu seu capital no Canadá, colocaram o país com 8% das reservas.

Nos últimos seis anos, o corpo de técnicos da Sigma vem trabalhando no projeto e em 2018 foi dado o start na produção piloto de concentrado de lítio. É esse o produto que a Sigma vai produzir em escala comercial. O concentrado é o insumo dos fabricantes dos catodos, componente usado nas baterias dos carros elétricos. É uma indústria concentrada na Ásia.

A unidade deve entrar em operação em dezembro de 2021. A empresa terá capacidade de produzir 33 mil toneladas por ano de lithium carbon equivalent (LCE). As projeções é que em 2025 o mercado mundial seja de 650 mil toneladas.

Com a pandemia e a retração da economia global, a indústria de automóveis - sejam a combustão ou elétrica - é uma das que afundaram. “A indústria automobilística vai sofrer dois anos e sua reconstrução globalmente precisará de apoio governamental”, diz Ana. O cenário que se desenha e que a Sigma vê como uma oportunidade é que os governos ajudem as montadoras, impondo como condição que os carros sejam menos poluentes, com metas mais exigentes de eletrificação. “Esse é o alento para a gente. Existe um otimismo de médio prazo e a retomada deverá coincidir com o nosso primeiro ano de produção, em 2022.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2020

Seção: Política

Autor: Felipe Frazão / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro reajusta bônus para atender militares

Forças Armadas. Aumento de até R\$ 1.600 nos vencimentos começa a partir de julho; valor é aplicado sobre um adicional concedido para quem fez cursos ao longo da carreira

Com salários brutos que podem chegar aos R\$ 50 mil, um grupo de militares terá a partir do mês que vem um aumento de até R\$ 1.600 nos rendimentos. O

reajuste ocorrerá em um dos penduricalhos que elevam o soldo e beneficiará, principalmente, o oficialato das Forças Armadas. A medida ocorre no momento em que a economia sofre com o impacto do novo coronavírus. Milhões de trabalhadores da iniciativa privada perdem empregos ou são atingidos por suspensão e corte de salários e o governo enfrenta dificuldades para manter um auxílio emergencial de R\$ 600 aos informais. Ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro está envolto em crises e busca reforçar sua base de apoio, composta por militares, policiais, evangélicos, ruralistas e, agora, políticos do Centrão. Chamada de “adicional de habilitação”, a benesse foi criada ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso e é dada para quem fez cursos ao longo da carreira.

O valor era o mesmo desde 2001. No ano passado, Bolsonaro autorizou o reajuste para até 73% sobre o soldo, em quatro etapas. Na primeira delas, o penduricalho para quem fez “curso de altos estudos”, por exemplo, subirá a partir de julho de 30% para até 42% sobre o valor do soldo. O aumento vale para militares da ativa e da reserva. Com isso, um general de quatro estrelas, topo hierárquico das três Forças, passará a somar R\$ 5.600 por mês ao soldo de R\$ 13.400. Até então, o adicional era de cerca de R\$ 4.000 mensais. Eles ainda acumulam outros adicionais que elevam o salário para, pelo menos, R\$ 29.700 – a remuneração pode subir, a depender da formação, permanência em serviço, atividades e local de trabalho. Atualmente, recebem o adicional basicamente oficiais e, no caso do Exército, alguns praças.

Militares de baixa patente da Aeronáutica e da Marinha também pressionam para receber. Questionado pelo Estadão, o Ministério da Defesa não informou quantos militares recebem o benefício e qual será o impacto total na folha de pagamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Os penduricalhos acabam camuflando reajustes salariais, vetados pelo governo por causa da crise econômica. Desde que assumiu, em janeiro de 2019, Bolsonaro já fez outros agrados aos militares. Empregou 2.900 no seu governo e promoveu uma reforma da Previdência mais amena.

‘Ajuda de custo’. Com a passagem para a reserva a partir de 2020, eles ainda fazem jus a outro benefício ampliado na reforma, a chamada “ajuda de custo” na passagem para a inatividade. O pagamento dobrou e passou a ser oito vezes a remuneração – o **almirante Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia**, por exemplo, teve direito a cerca de R\$ 300 mil de uma só vez em maio. Hoje, os maiores salários brutos entre os 381 mil militares em geral são do general Luiz Eduardo Ramos (ministro-chefe da Secretaria de Governo) e de Bento Albuquerque. Em março, pagamento mais recente publicado pelo governo, eles receberam, respectivamente, R\$ 51.026,06 e R\$ 50.756,51, conforme o Portal da Transparência.

Os valores, contudo, caíram para R\$ 24.861,18 e R\$ 28.140,46, pela regra do abate-teto. O redutor é aplicado porque servidores não podem acumular vencimentos além de R\$ 39,2 mil, valor do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O que pode mudar em breve também por uma medida do governo Bolsonaro. Em abril, a Advocacia-Geral da União emitiu parecer no qual considera que, para os militares, a regra do abate-teto incidirá sobre cada um dos vencimentos que acumulam e não mais sobre o somatório deles. Ou seja, se um militar recebe R\$ 20.000 das Forças e R\$ 39.200 do Executivo, ele poderá embolsar R\$ 59.200 por mês, uma vez que cada uma das rendas não ultrapassa o teto. A manobra, revelada pela revista Época, por enquanto, não é aplicada por causa da pandemia.

Soldo. O reajuste no penduricalho a partir de julho é o primeiro de uma série de quatro que ocorrerão até 2023. Terá direito não apenas quem fez o “curso de altos estudos”. Também serão beneficiados, em menor percentual, os militares que fizeram cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento. O aumento é aguardado nos quartéis desde a aprovação da reforma da Previdência, em 2019. A lei proposta pelo governo mudou o sistema de proteção social dos militares, mas veio acompanhada de uma reestruturação das carreiras, com a criação de adicionais e reajuste de alguns já existentes. Somente os militares tiveram direito a aumentos durante as mudanças nas regras de aposentadoria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2020

Seção: Colunas

Autor: POR CLARICE COUTO, LETICIA PAKULSKI, ISADORA DUARTE e JULLIANA MARTINS

Título: » À espera.

Coluna do Broadcast

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) aposta no Projeto de Lei 6.407/2013, que cria a Nova Lei do Gás e abre o mercado no País, para estimular o maior uso do gás natural na produção nacional de fertilizantes. “O preço do gás natural tende a cair pela metade, o que vai baratear o custo final do insumo”, diz Fillipe Soares, diretor técnico da Abrace. O gás natural é matéria-prima de adubos nitrogenados, como os que são aplicados na soja. Grandes do agro como Bayer, Cargill e Votorantim fazem parte da Abrace.

» Assina embaixo. Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) apoia o PL em tramitação na Câmara. “A canalização do gás e a possibilidade de transformá-lo em fertilizantes é

certamente um ativo de grande competitividade e redução do custo agrícola”, afirma.

» In loco. Na defesa do projeto, a Abrace destaca a perspectiva de processamento maior de adubos dentro do País com a abertura do mercado do gás. “Indústrias devem ser reativadas e atrair investimentos, com a produção nacional mais competitiva”, diz a Abrace, citando a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafens) da Petrobrás, hoje fechada. Mais de 80% dos fertilizantes utilizados por ano nas lavouras brasileiras são importados.

» Pleno vapor. Em 2020, ano de seu cinquentenário, a cooperativa paranaense Coopavel vai investir R\$ 120 milhões. Nos frigoríficos, o plano é aumentar os abates diários de suínos de 2 mil para 3 mil, e, de aves, de 180 mil para 240 mil. Já a capacidade do moinho de trigo deve subir de 480 para 650 toneladas diárias. A cooperativa prevê também ampliar em 10%, para 1,1 milhão de toneladas, a armazenagem em suas unidades de recebimento de grãos e distribuição de insumos.

» Expansão. A Coopavel inaugurou em fevereiro fábrica de fertilizantes foliares no município de Cascavel. Com investimento de R\$ 12 milhões, a unidade poderá produzir até 6 milhões de litros por ano. Dilvo Grolli, o presidente, diz que o faturamento da cooperativa deve crescer 15% neste ano, para R\$ 3,1 bilhões.

» Dose dupla. A Embrapa busca empresas parceiras para licenciar uma variedade de cana-de-açúcar transgênica resistente à praga broca-da-cana e ao herbicida glifosato e colocá-la no mercado. “Com menor necessidade de defensivos, o custo de produção por tonelada cairá”, diz Hugo Molinari, pesquisador da Embrapa Agroenergia. O projeto da cana BtRR foi desenvolvido em parceria com a startup PangeiaBiotech.

» Sem risco. Exportadores argentinos afastam preocupação dos moinhos brasileiros em relação à oferta de trigo na temporada 2020. “O plantio avança em bom ritmo e devemos bater novo recorde de volume, sem problemas para exportação”, diz Miguel Cané, presidente da Associação Argentina de Trigo (Argent trigo). Cerca de 85% do trigo importado pelo Brasil vem do país vizinho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/06/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: LUZ NO FIM DO TUNEL

O consumo de energia elétrica no país vem caindo 4%. Um número bem menor do que se esperava.

Petrosul

A Petrobras, ao colocar à venda todos os campos no Solimões (polo Urucu), na Amazônia, avança na concentração dos seus negócios no eixo Rio-São Paulo. Poderia, quem sabe, chamar-se Petrosul.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/06/2020

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor:

Título: Novo vigor para os carros elétricos

Ter uma bateria que concilie estabilidade, alto desempenho e capacidade de armazenamento de energia é um dos principais empecilhos para o avanço de carros elétricos. Cientistas da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, desenvolvem um dispositivo com potencial para unir essas características e abrir caminho para a próxima geração de veículos movidos a bateria. A solução tecnológica leva o nome de FDMB e também chama a atenção pela facilidade na sua fabricação.

Yi Cui, professor de ciência e engenharia de materiais e ciência de fótons no Laboratório Nacional de Aceleração da universidade estadunidense, lista outras vantagens do dispositivo em desenvolvimento. “A maioria dos carros elétricos funciona com baterias de íon de lítio, que estão se aproximando rapidamente de seu limite teórico de densidade de energia. A gente se concentrou em baterias de metal de lítio, que são mais leves e podem, potencialmente, fornecer mais energia por unidade de peso e volume”, detalha o coautor do estudo, apresentado na edição deste mês da revista Nature Energy.

A diferença entre as baterias pode resolver um impasse antigo dessa área: a instabilidade dos dendritos. Usadas em eletrônicos diversos, de celulares a carros elétricos, as baterias de íon de lítio têm dois eletrodos: um cátodo com carga positiva contendo lítio e um ânodo com carga negativa, geralmente feito de grafite. Uma solução eletrolítica permite que os íons de lítio se desloquem entre o ânodo e o cátodo quando a bateria é usada ou recarregada. Em baterias como a desenvolvida pela equipe de Stanford, o grafite do ânodo é substituído por metal de lítio. Com essa troca, o dispositivo pode armazenar cerca de duas vezes mais eletricidade por quilograma.

Apesar da vantagem, há um problema quanto à segurança, explica Zhenan Bao, coautor do estudo. “As baterias de metal de lítio são muito promissoras para veículos elétricos, onde peso e volume são uma grande preocupação. Mas, durante a operação, o ânodo de metal de lítio reage com o eletrólito líquido. Isso causa o crescimento de microestruturas de lítio chamadas dendritos na superfície do ânodo, o que pode fazer com que a bateria pegue fogo e falhe”, detalha o professor na Escola de Engenharia de Stanford.

Segundo Zhiao Yu, para vencer o “calcanhar de Aquiles” das baterias de metal de lítio, ele e a equipe usaram química orgânica para projetar dendritos mais estáveis. No trabalho, recorreram a um eletrólito líquido comum, disponível nos mercados. “Levantamos a hipótese de que a adição de átomos de flúor na molécula de eletrólito tornaria o líquido mais estável. O flúor é um elemento amplamente usado em eletrólitos para baterias de lítio. Exploramos sua capacidade de atrair elétrons para criar uma molécula que permite que o ânodo do metal de lítio funcione bem no eletrólito”, conta o estudante de graduação em química e coautor do estudo.

Eficiência de carga

O resultado foi um composto sintético, o FDMB, que pode ser facilmente produzido a granel. O novo eletrólito foi testado em uma bateria de metal de lítio, e os primeiros resultados surpreenderam. A bateria experimental reteve mais de 90% de sua carga inicial após 420 ciclos de carga e descarga. Em testes laboratoriais semelhantes, baterias típicas de metal de lítio param de funcionar após, em média, 30 ciclos.

Os pesquisadores também mediram com que eficiência os íons de lítio eram transferidos entre o ânodo e o cátodo durante o carregamento e o descarregamento, uma propriedade conhecida como eficiência de carga. Idealmente, ao usar 1.000 íons de lítio, espera-se que, com a recarga, tenha-se novamente 1.000. “Para ser comercialmente viável, uma célula de bateria precisa de uma eficiência. Em nosso estudo, obtivemos 99,52% na meia célula e 99,98% nas células cheias. Um desempenho incrível”, comemora Yi Cui.

Para o possível uso em eletrônicos de consumo, a equipe de Stanford testou o eletrólito FDMB em células de bolsa de metal de lítio sem ânodo — baterias comercialmente disponíveis com cátodos que fornecem lítio ao ânodo. O sistema consiste em usar apenas o lítio no lado do cátodo, para reduzir o peso do dispositivo. “A bateria sem ânodo executou 100 ciclos antes de sua capacidade cair para 80%. Não é tão boa quanto uma bateria equivalente de íon de lítio, que pode durar de 500 a 1.000 ciclos, mas ainda é uma das células sem

ânodo com melhor desempenho”, contextualiza Zhenan Bao. Segundo o cientista, os resultados são promissores para uma ampla gama de dispositivos. “Baterias leves e sem ânodos serão um recurso atraente para drones e muitos outros produtos eletrônicos de consumo”, ilustra.

“Para ser comercialmente viável, uma célula de bateria precisa de uma eficiência de, pelo menos, 99,9%. Em nosso estudo, obtivemos 99,52% na meia célula e 99,98% nas células cheias”

Yi Cui, professor do Laboratório Nacional de Aceleração da Universidade de Stanford

Plano de triplicar a eletricidade

A bateria desenvolvida pela equipe da Universidade de Stanford faz parte de um grande consórcio desenvolvido pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos para a criação de veículos elétricos mais leves e capazes de percorrer distâncias mais longas. Chamado Battery500, o projeto sustenta que, ao melhorar ânodos, eletrólitos e outros componentes, será possível triplicar a quantidade de eletricidade que uma bateria de metal de lítio pode fornecer.

Quando o programa começou, em 2016, havia opções com, em média, 180 watts-hora por quilograma. “A bateria sem ânodos em nosso laboratório atingiu cerca de 325 watts-hora por quilograma de energia específica, um número respeitável. Nosso próximo passo pode ser trabalhar em colaboração com outros pesquisadores do Battery500 para construir células que atinjam a meta do consórcio, de 500 watts-hora por quilograma”, afirma Yi Cui, professor do Laboratório Nacional de Aceleração da universidade estadunidense.

Também participante do estudo, Zhenan Bao ressalta que os projetos de criação de eletrólitos estão ficando “muito exóticos”, com preços que podem inviabilizar o desenvolvimento da tecnologia em larga escala. “A molécula de FDMB é fácil de fabricar em grande quantidade e bastante barata”, compara. Para ele, o trabalho desenvolvido também abre caminhos para novas formas de investigação. “Nosso estudo basicamente fornece um princípio de design que as pessoas podem aplicar para obter melhores eletrólitos. Acabamos de mostrar um exemplo, mas existem muitas outras possibilidades”, incentiva Bao.

MME / ASCOM .